



Câmara Municipal de Castro

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2.016,
PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL
REFERENTES AO 3º QUADRIMESTRE DE 2.015

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e dezesseis, nesta Cidade de Castro, Estado do Paraná, na Sala das Sessões da Câmara Municipal, as dezessete (17) horas e sete (07) minutos, sob a presidência do Vereador Gerson Sutil e perante os Membros da Comissão de Finanças e Orçamento na pessoa de sua Presidente – Regiane Batista Severino, e Membro ad hoc a Vereadora Aline Sleutjes Roberto, foi declarada aberta a Audiência Pública, de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, em seu artigo 9º, § 4º, e conforme solicitado pelo Senhor Prefeito Municipal através do Of. nº 02/2016, de treze (13) de Janeiro do corrente ano e edital publicado no Boletim Informativo do Município, número novecentos e oitenta e sete (987), em 12/02/2016. Ao abrir a presente Audiência, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Renato Cardoso Caetano, Digníssimo Secretário Municipal de Administração, para fazer parte da Mesa, e, na sequência, passou a direção da audiência à Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento e esta a assumindo fez uma breve explanação sobre o propósito da presente Audiência e, em seguida concedeu a palavra ao Secretário Municipal de Administração, o qual passou às mãos da Presidente da referida Comissão, o Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, bem como fez uma explanação sobre as metas cumpridas e apresentou relatório referente ao terceiro (3º) quadrimestre do ano de 2.015 de todos os setores da Prefeitura. Tendo o Secretário mencionado que a percentagem de capital aplicado pelo Município no tocante à Educação foi o valor de trinta e um, vírgula quarenta e quatro por cento (31,44%), sendo que o mínimo estipulado para o Município de Castro é de vinte e oito por cento (28%). Referente à Saúde a percentagem de capital aplicado foi o valor de vinte e dois por cento (22%) e com relação aos Gastos com Pessoal, o valor que o Município atingiu foi de cinquenta e quatro, vírgula, noventa e três por cento (54,93%), excedendo zero vírgula noventa e três por cento (0,93%) do que o previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Após a explanação feita pelo Secretário, os membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento avaliaram o cumprimento das metas fiscais, verificando os limites com as despesas de pessoal e do cumprimento dos limites de endividamento do Município. Deixada a palavra aos Vereadores, fez uso da mesma a Vereadora Aline Sleutjes Roberto solicitando para que seja enviado com pelo menos um dia de antecedência a esta Casa o resumo do relatório para melhor avaliação do mesmo e, com relação ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), perguntou ao Secretário se teve alguma iniciativa no ano passado quanto à fiscalização de construção e aumento de construções para que se possa aumentar o valor deste imposto, para retornar em melhorias ao Município, visto que sua arrecadação foi baixa, sendo respondida a indagação pelo Secretário que havia participado no tocante a arrecadação do IPTU, o qual disse que existe sim uma defasagem e que se encontra em estudo sua correção, mas desconhecia se houve um estudo neste sentido no ano passado, e usando da palavra o Secretário Municipal da Fazenda, João Marin, informou que uma das maneiras de correção do IPTU seria a correção da Planta Genérica de Valores, o que será feito no



Câmara Municipal de Castro

próximo ano, disse ser outro processo, mas que custa caro, pois é através de geoprocessamento e, que, recentemente, o Município conseguiu uma empresa com valor mais acessível tendo a contratado para fazer um cadastro multifinalitário, onde vai conseguir identificar construções que ainda não estão legalizadas e aí provavelmente será possível haver um aumento de trinta (30) a quarenta (40) por cento nessa arrecadação. Ainda, outra situação que se está buscando é a execução daqueles devedores abaixo de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), que não se faz a execução porque não compensa o custo e, então se irá fazê-la através do cartório de protesto. A Vereadora Aline Sleutjes Roberto então indagou com relação a Despesas Correntes e Despesas de Capital, qual a diferença? Como seria esta questão? E o Secretário Municipal de Administração e a funcionária do Executivo Dulciléia Ana Reis, responderam que as Despesas Correntes são as despesas que o Executivo tem para funcionar, despesas com pessoal, fundos, encargos, etc., e as despesas de Capital são aquelas feitas do Capital da Prefeitura, os bens da Prefeitura, as operações de créditos, convênios, etc. Em seguida, a Vereadora Aline, referindo-se a Educação, com relação ao FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), disse que, segundo os Professores, o fundo não atinge o piso nacional aqui em Castro. E respondendo, a funcionária Dulciléia disse que todos os professores ganham o piso salarial, aquele que ganha abaixo do piso tem um complemento para chegar ao valor do piso. Disse que aqui tem alguns professores que trabalham nos CMEIS (Centros Municipais de Educação Infantil) que também são pagos dentro do valor de 25% (vinte e cinco por cento) e, enfim, a única coisa que não entra no FUNDEB e nem nos vinte e cinco por cento (25%), são a merenda e o transporte escolar, que para isto tem dinheiro específico e o Município completa com recursos disponíveis. Em continuidade a Vereadora Aline indagou se ninguém ganha menos que o piso? Pois no holerite não aparece como o valor do piso, mas como complemento adicional? E obtendo resposta afirmativa da funcionária Dulciléia, perguntou então se já se está contabilizando porque não recebem já no holerite? Respondendo a funcionária disse que a tabela não pode ser alterada até o mês de reajuste. E a Vereadora então perguntou se estamos melhores ou piores? E a funcionária disse que, no final a arrecadação vai acabar negativa. Com relação à Saúde, a mesma Vereadora comentou que mesmo com este quinze (15) por cento a mais ainda existe uma grande necessidade e uma grande dificuldade e temos um novo problema que é o Hospital Anna Fiorillo Menarim, como a Prefeitura vai reagir se precisar realmente assumi-lo, como irá fazer para suprir a necessidade de contratação nesta área para o hospital? E o Secretário de Administração disse que está fazendo um levantamento de quanto isto vai piorar em termos contábeis, considerando que foi feito um concurso público recentemente para a saúde e que ainda não foi preenchido nenhum quadro de médicos. Uma das saídas é contratar uma empresa que forneça os médicos. Partes dos funcionários para o Hospital estão sendo contratados como substituição. Esta é a possibilidade legal que nós temos para contratar com vias de substituição a mão de obra que saiu, mas o número de funcionários que hoje lá está não vai ser suficiente para substituir a demanda do hospital todo. Então a Vereadora Aline perguntou se a saúde financeira do Município está pior agora que é a última prestação de contas? E o Secretário de Administração disse que tivemos queda na arrecadação também nos últimos meses e o Secretário da Fazenda completando disse que com relação a arrecadação, todos os anos tivemos uma pequena elevação, mas, no ano de 2015 a arrecadação foi de oito (8) por cento e a inflação foi de doze (12) por cento, então o poder



Câmara Municipal de Castro

de compra perdeu muito. Nesta oportunidade o Vereador Joel Elias Fadel comentou que votou contra o orçamento por que era previsível isto que está acontecendo, que sabíamos que iria cair a receita devido ao número de Secretarias, pois o que excede em Secretarias, falta a Saúde do Município. O Secretário de Administração disse concordar que às vezes o Município gasta com festas, uma coisa ou outra, mas que talvez tenha verba própria para isso e citando o Hospital, onde trabalhou por quase dois (2) anos, disse que foi feito o que precisava ser feito e está quase terminado e tudo com dinheiro próprio, cerca de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sem nenhum centavo do que o Governo prometeu e que não veio até agora. Se o hospital estivesse funcionando a pleno vapor como toda a população gostaria que estivesse desde o ano passado, a nossa situação econômica estaria muito pior porque o hospital não funcionaria com seus cem (100) leitos aproximadamente, por menos de R\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais) por mês. Neste sentido, nós tivemos é um problema sério mesmo porque infelizmente a empresa que estava fazendo o hospital funcionar nos deu foi bastante dor de cabeça. O Hospital é um problema de administração bem contundente, por isto que o Município decidiu tentar uma próxima licitação, que, com esta, o custo vai cair significativamente, mas, que seja uma empresa séria para não termos mais problemas como estamos tendo. Na realidade, concluiu, é uma conjuntura de fatos que acabou nos levando para esta complexidade que é o hospital hoje. O Vereador Joel então tornou a dizer que se houvesse diminuição das Secretarias, amortizaria os custos, no que o funcionário Cristian Frederico da Cunha Bundt, Superintendente do Departamento de Planejamento respondeu que o fechamento das Secretarias não diminuiria o número de funcionários. Em seguida usou da palavra a Vereadora Maria de Fátima Barth Antão Castro, dizendo que se sabe que estes trinta e um (31) funcionários contratados agora não são suficientes para manter o hospital e que fechar secretarias não vai resolver o problema, mas entende que o Prefeito deveria pressionar um pouco o Governo do Estado porque o Hospital é atribuição do Governo e não do Município e, com relação à Educação disse que não foram entregues os uniformes, que a Secretaria sempre compra e nem os materiais foram entregues, que já estamos discutindo o transporte universitário, indagou como vai ficar esta questão dos uniformes e do material didático? E a funcionária Dulciléia respondeu que foram compradas camisetas para os alunos da Escola de Terra Nova, que já houve até mesmo o empenho das mesmas, inclusive, mas, a empresa ainda não entregou e esta semana a mesma será notificada por não ter entregado o produto e, quanto ao material didático todas as apostilas foram compradas, e os alunos estão com as apostilas do IBETC do quarto (4º) e quinto (5º) anos e as de arte para o quarto (4º) ano. A mesma Vereadora então perguntou se os uniformes seriam somente para os alunos da Escola de Terra Nova e a funcionária respondeu que sim, porque a verba seria só o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e já foram gastos R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Deixada a palavra para o público presente, fez uso da mesma o Senhor Jan Petter, manifestando-se triste porque a percentagem de investimento na Saúde e Educação aumentou, mas a qualidade desses serviços não melhorou, tendo ressaltado que devemos repensar sobre a execução dos serviços do Município com serviços privatizados. E o Secretário Municipal da Administração respondeu que o problema é que a maioria dos serviços que são feitos pelo Município já são determinados por legislações federais, então há uma dificuldade muito grande em terceirizar esses serviços. Não havendo mais ninguém querendo manifestar-se e não havendo nada mais a tratar, a Senhora Presidente agradeceu



Câmara Municipal de Castro

a presença de todos e encerrou a presente Audiência Pública, tendo sido lavrada sua respectiva ata, que vai devidamente assinada.

Renato Cardoso Caetano
Sec. Mun. de Administração

Regiane Batista Severino
Presidente da C.F.O

Aline Sleutjes Roberto
Membro ad hoc